

**FAAT- CURSO DE PSICOLOGIA
ARIANE DE FÁTIMA ANDRADE**

**O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE CRIANÇAS ABRIGADAS E O
DESPREPARO DOS CUIDADORES.**

ATIBAIA-SP

2017

**FAAT- CURSO DE PSICOLOGIA
ARIANE DE FÁTIMA ANDRADE**

**O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE CRIANÇAS ABRIGADAS E O
DESPREPARO DOS CUIDADORES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia, da FAAT-Faculdades, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Psicologia, sob orientação do Professor Dr. Geraldo A. Fiamenghi Júnior.

ATIBAIA-SP

2017

Andrade, Ariane de Fátima

A565s O sofrimento psíquico de crianças abrigadas e o despreparo dos cuidadores. / Ariane de Fátima Andrade, - 2017.

31 f.; 30 cm.

Orientação: Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdades Atibaia, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia da Faculdades Atibaia, 2017.

1. Abrigamento 2. Criança 3. Cuidador 4. Despreparo 5. Sofrimento psíquico I. Andrade, Ariane de Fátima II. Fiamenghi Júnior, Geraldo Antônio III. Título

CDD 150.195

ARIANE DE FÁTIMA ANDRADE

**O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE CRIANÇAS ABRIGADAS E O
DESPREPARO DOS CUIDADORES.**

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho apresentado como exigência para conclusão do Curso de Psicologia pelo professor responsável, Geraldo A. Fiamenghi Júnior, que após sua análise considerou o trabalho _____, com conceito_____.

Atibaia, ____/____/ 2017

Prof. Dr. Geraldo A. Fiamenghi Júnior

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho,

A Deus, porque tudo o que sou e tudo o que faço, devo a Ele.

Aos meus pais Valdir e Olinda, pelo amor, pela educação, pela dedicação, pela humildade, mas, principalmente, pelo exemplo.

À minha irmã Mayara e meu cunhado Paulo Ricardo, por estarem sempre ao meu lado, cuidando de mim, me fazendo feliz.

Ao meu irmão Anderson, por estar sempre em silêncio, mas sempre me desejando o melhor.

Ao meu melhor amigo, Ricardo Romano, que me cativou, me ajudou e esteve sempre do meu lado ao longo desses cinco anos.

Ao meu professor e orientador, Geraldo A. Fiamenghi Júnior, que nos mostrou o verdadeiro exemplo de profissionalismo, e o quanto devemos ser humanos ao nos dedicarmos a esta profissão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, aquele que está acima de tudo e de todas as coisas, que me proporcionou a graça de realizar este curso, por meio da fé, com muita saúde, força e garra. Sem Ele eu nada seria e nada teria.

Aos meus pais Valdir e Olinda, meus exemplos, que sempre me apoiaram, me ensinaram o caminho certo e me acolheram em todas as minhas decisões. Graças a eles, me tornei uma pessoa batalhadora e vivenciei os melhores prazeres da vida.

Aos meus irmãos Anderson e Mayara, que sempre estiveram ao meu lado, me ensinando o verdadeiro significado do amor e companheirismo.

À todos os meus familiares, em especial, Ariele, Henri, Rosangela, Solange, Werick e Paulo, que torceram por mim, me motivaram e acreditaram que eu podia vencer.

Ao meu grande amigo da faculdade, Ricardo Romano, que desde o primeiro dia se tornou um anjo na minha vida e esteve ao meu lado em todos os momentos, não me deixando fraquejar, desanimar ou desistir. Levarei comigo a questão: “O que seria de nós, se não tivéssemos encontrado um ao outro?”. A ele atribuo o verdadeiro significado da amizade.

Às minhas amigas da faculdade, em especial, Thaís Duarte, Deborah Ruivo e Roberta Fontes, que ao longo desses cinco anos, me ensinaram o verdadeiro significado da união. Sempre as ajudarei.

Às minhas amigas, Elisângela Barbara, Mariene Ribeiro, Tamires Moraes, Vanessa Oliveira, Tais Pavani e Juliana Marcelino, que compreenderam cada ausência minha e me apoiaram sempre, sabendo que, mesmo distante, sempre as levei no meu coração. Obrigada pelo apoio.

Aos profissionais da saúde, Dr. Isolmar Schettert e Dra. Janaína Leite, que fazem parte da minha história, cuidando de mim e me mostrando que é possível sim, ser quem a gente deseja, mesmo em meio às nossas limitações.

Aos meus colegas de sala, de van, de estágio, de faculdade, pois todos se tornaram uma segunda família no decorrer destes cinco anos.

A todos os Professores que dedicaram seu tempo a ensinar. Sou grata a cada um que passou pelo curso e deixou seu melhor, para que eu adquirisse conhecimentos necessários para me tornar uma Psicóloga.

Às professoras Regina Damazo e Ana Cláudia Verzolla, que além de professoras e coordenadoras, foram nossas segundas mães, sabendo educar, orientar e avaliar, mas também, dar aquele puxãozinho de orelha, não a fim de serem autoritárias, mas sim, de contribuírem para que nos tornássemos alunos melhores e, posteriormente, profissionais exemplares.

Ao meu professor e orientador Geraldo A. Fiamenghi Júnior, o qual terá minha eterna gratidão e admiração. Não tenho palavras para descrever tantas qualidades, no entanto, jamais esquecerei seu caráter profissional e sua humildade. Se não fosse seu profissionalismo, sua dedicação e sua compreensão aos alunos, não saberíamos o quão sensível devemos ser a esta profissão.

“Um dia, quando olhares para trás, verás que os dias mais belos foram aqueles em que lutaste”.

(Sigmund Freud)

ANDRADE, A. F. **O Sofrimento Psíquico de Crianças Abrigadas e o Despreparo dos Cuidadores.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Psicologia, FAAT, Atibaia, 2017. 31 p

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa teórica a respeito de problemáticas que envolvem instituições de acolhimento infantil. Assim, refletiu-se sobre o abrigo, avaliou-se o papel dos cuidadores e o despreparo destes profissionais em relação ao desenvolvimento psíquico das crianças abrigadas. Foram realizadas cinco observações, divididas por duas horas semanais e observou-se 21 crianças, entre 03 a 17 anos, juntamente com seus cuidadores. Os resultados apontaram falta de preparo dos cuidadores, que privavam as crianças de brincar, de circular pelo ambiente, de diálogo, não estavam preparados para cuidar de deficientes, expunham as crianças aos colegas e não demonstravam nenhum tipo de carinho ou afeto. Partindo da falta de preparo dos cuidadores, é importante pensar na capacitação e no apoio às instituições, para que estas não tivessem que optar por trabalhadores sem preparo para o exercício da profissão, visando o desenvolvimento da criança enquanto abrigada.

Palavras-Chave: Abrigo, criança, cuidador, despreparo, sofrimento psíquico.

ANDRADE, A. F. **Sheltered Children's Psychological Suffering and Carers' Lack of Expertise.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Psicologia, FAAT, Atibaia, 2017. 31 p

ABSTRACT

This essay aimed to develop a theoretical research on issues present in sheltered institutions for children. There were questionings about sheltering, as well as assessing the role of carers and their lack of expertise concerning psychological development of sheltered children. Five 2-hour weekly observations were conducted and 21 3-to-17-year-old children were observed, as well as their carers. Results pointed to carers' lack of expertise, who deprived children of playing, exploring the environment, dialogue, lack of ability to deal with disabled children, exposing children to peers, as well as lack of any sort of affection towards the children. Stemming from carers' lack of expertise, it is important to reflect on training and support to institutions in the sense that they should not be forced to resort to untrained carers, aiming the sheltered child's development.

Keywords: Shelter, Child, Carer, Lack of expertise, Psychological suffering.

SUMÁRIO

Resumo	8
Abstract	9
1. Introdução	11
2. Acolhimento Institucional e o Papel do Cuidador em Abrigos de Crianças e Adolescentes	14
3. O Sofrimento Psíquico de Crianças Abridadas.	18
4. Objetivos	20
4.1 Objetivo Geral	20
4.2 Objetivos Específicos	20
5. Método	21
6. Resultados	22
7. Discussão	24
8. Considerações Finais	28
Referências	30

1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho traz como contextualização a questão da criança abrigada e o processo de institucionalização, tendo em vista o despreparo dos cuidadores perante o sofrimento psíquico da criança. O processo de abrigamento ocorre quando a criança passa por agressões físicas, psíquicas, abuso sexual, negligência dentro do ambiente familiar ou vulnerabilidade social. Para compreender este processo, é necessário entender como ocorre o abrigamento, despreparo dos cuidadores e o sofrimento psíquico causado a partir de como a criança é tratada dentro da instituição.

No contexto singular, a escolha do tema desenrolou-se pela instituição de acolhimento para crianças na qual a pesquisa foi conduzida, pelo desejo de observar as fases do desenvolvimento das crianças abrigadas e a contribuição do brincar, tendo em vista que as instituições são carregadas de sofrimentos e podem acarretar falhas nas fases do desenvolvimento da criança e o brincar traz inúmeras vantagens para a constituição do ser da criança. No entanto, ao longo da observação, houve uma nova visão na instituição e percebeu-se que a problemática não se encontrava no abrigamento e no brincar, mas sim no despreparo dos cuidadores que não estão devidamente aptos a cuidar das crianças e levam-nas a desenvolver sofrimentos psíquicos.

Muitas foram as questões de despreparo dos cuidadores encontradas na instituição, dentre elas, privação, regras rígidas, cobranças desnecessárias, proibição do brincar, despreparo de lidar com crianças deficientes, falta de afeto, falta de diálogo, falta de escuta, falta de acolhimento, exposição das crianças frente aos colegas, uso de celulares no ambiente de trabalho, dentre outros. Assim sendo, houve a necessidade de pensar no quanto este despreparo pode prejudicar o desenvolvimento psíquico das crianças institucionalizadas.

Sabe-se que o processo de institucionalização traz benefícios e malefícios para a criança; o benefício pode ser entendido como o ato de tirar a criança do ambiente de sofrimento no qual ela está vivendo e levá-la para um lugar que garanta sua proteção; já o malefício pode ser entendido como os sofrimentos que a criança vive dentro dos abrigos, estando longe da família ou pessoas conhecidas, portanto, o processo de institucionalização não é algo favorável para as crianças que estão começando a constituírem-se como sujeitos no mundo.

Segundo Oliveira, (2014, p.9) “a maioria das instituições é considerada total, pois priva a liberdade de escolha desses abrigados, que sob o ponto de vista da psicanálise limita a autonomia, como também o conceito de sujeito singular”.

Goffman (1961 apud Oliveira, 2014) define Instituições Totais como:

Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados pela sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (p.9-10)

Ainda de acordo com o ECA (lei federal nº 8.069/1990), artigo 92 inciso III (apud Oliveira, 2014): [...] “o abrigamento deveria oferecer atendimento personalizado em pequenos grupos”. (p.10)

[...] não se trata apenas de questões físicas e sim de acolhimento emocional de um ambiente propiciador, onde a criança e o adolescente mesmo que em sofrimento possam criar maneiras de construir vínculos em um lar tido como seu, visando buscar perspectivas para sua vida. (OLIVEIRA, 2014, p.10)

Nota-se que o abrigamento não oferece o devido atendimento às crianças e também não oferece um acolhimento emocional e ambiente propiciador, onde as crianças possam construir vínculos para buscar perspectivas de vida.

É importante que a instituição favoreça condições de desenvolvimento das crianças, apoiando-lhes em todos os sentidos e para isso, é importante o papel do cuidador.

Ao pensarmos na dinâmica da criança, dentro da instituição, é inegável o fato de que o profissional responsável pelo cuidado é quem a acompanha, permitindo que ela seja capaz de falar de si, através de brincadeiras (no caso de crianças pequenas), ações e diálogos. Sendo assim, esses profissionais têm papel e função fundamentais dentro desta instituição, pois lidam diretamente com as crianças, estão mais próximos, acompanham o desenvolvimento e aquisições de cada criança, de forma mais direta e permanente (NOGUEIRA e COSTA, 2005, apud OLIVEIRA, 2014, p.39)

Faz-se importante, a necessidade de preparo dos funcionários dentro da instituição, pois estes estão lá não só no papel de educadores, mas também representam as figuras maternas e paternas, ausentes na vida da criança e necessitam ser substituídas para que elas se desenvolvam. O cuidador está na instituição para escutar, conversar, acolher, permitir o brincar e assegurar o desenvolvimento da criança.

Para estes autores, o cuidador é quem mediará muitos comportamentos da criança, no entanto a privação leva a criança a desenvolver angústia, necessidade de amor, sentimento de vingança, culpa e depressão.

A despeito de muitas crianças vivenciarem situações de estresse e risco em seu cotidiano, podendo apresentar distúrbios emocionais e problemas de conduta, nem todas apresentam estes comportamentos. Pelo contrário, algumas delas conseguem adaptar-se e superar essas situações, demonstrando, entre outras habilidades, competência social, manifestando o que se denominou resiliência, isto é, uma capacidade de se sair bem frente a fatores potencialmente estressores. Assim, é importante estabelecer uma forte e constante vinculação afetiva com a criança, a fim de lhe proporcionar um saudável desenvolvimento físico, psíquico e social. Isto se torna ainda mais relevante com crianças desprovidas de pessoas significativas em suas vidas e obrigadas a viver institucionalizadas à espera de adoção ou, quando possível, retorno à família de origem, enfim, de alguém que lhe assista em suas necessidades. (RUTTER apud BARROS, FIAMENGHI-JR, p.1269)

Assim sendo, é de extrema importância o estabelecimento de vínculos afetivos com a criança, a fim de proporcionar-lhe um desenvolvimento físico, psíquico e social saudável, principalmente de crianças institucionalizadas, para que elas não apresentem sofrimentos psíquicos, o que não foi observado, portanto estes são os fatos que levaram a elaboração deste trabalho.

Capítulo 1: Acolhimento Institucional e o Papel do Cuidador em Abrigos de Crianças e Adolescentes

De acordo com a Lei nº 12.010/2009, de 03/08/2009, artigos 92, 93, 101, inciso VII em par. único, do ECA, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes:

[...] é uma medida de proteção de caráter *excepcional*, determinada pelo Conselho Tutelar ou pela autoridade judiciária (quando ainda não instalado o Conselho Tutelar - cf. art. 262, do ECA), utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, devendo se estender pelo menor período de tempo possível. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (BRASIL, 2009, p.118, 119, 120, 128, 129).

No que diz respeito ao cuidador dentro do abrigo, é indispensável seu trabalho na educação, nos cuidados básicos, no brincar, na relação afetiva, na proteção e na socialização, para que as crianças e adolescentes, enquanto permanecem abrigados, possam desenvolver-se como sujeitos. Nogueira e Costa (2005) ressaltam que:

Ao pensarmos na dinâmica da criança dentro da instituição, é inegável o fato de que o profissional responsável pelo cuidado é quem a acompanha, permitindo que ela seja capaz de falar sobre si, através de brincadeiras (no caso de crianças pequenas), ações e diálogos. Sendo assim, esses profissionais têm papel e função fundamentais dentro da instituição, pois lidam diretamente com as crianças, estão mais próximos, acompanham o desenvolvimento e aquisições de cada criança de forma mais direta e permanente. (p.37)

Além dos cuidados pessoais, institucionais, também devem ser levados em conta a relação entre criança/cuidador e França (2010) ressalta que:

Deve-se levar em conta, que não se obtém a necessária qualidade dos cuidados sem muito método e determinação. Não se trata, portanto, de um cuidado que possa ficar na dependência da simples intuição do profissional cuidador. Para se garantir a qualidade dos cuidados, é necessário refletir sobre cada pequeno detalhe na instituição: a estrutura física, os móveis, os utensílios, os brinquedos, etc. Mas, muito especialmente, a capacitação de todos os profissionais envolvidos nos cuidados diários na instituição. Garantir o respeito à singularidade encontra-se na dependência não apenas de armários, pertences e brinquedos individualizados, mas, especialmente da existência de uma relação na qual o cuidador se encontre psiquicamente disponível à criança da qual cuida. (p.12-13)

Assim sendo, “o profissional responsável pelos cuidados à criança em medida protetiva, deverá buscar uma relativa padronização dos cuidados que permita ao bebê desenvolver a noção de continuidade de seu ser, que lhe será dada na interação com o adulto”. (FRANÇA, 2010, p.6)

No entanto, o trabalho do educador nas instituições de acolhimento infantil:

[...] pode tanto promover quanto prejudicar o desenvolvimento de sua clientela. Apesar do papel importante que ele desempenha, faltam-lhe oportunidades de formação e de reciclagem. (...) o educador precisa sentir-se guiado em suas ações cotidianas de modo a dar um sentido a elas e compreender o impacto que podem ter. (BAZON, BIASOLI-ALVES, 2000, apud MORÉ, SPERANGETTA, 2010, p.525).

Silva (2004, apud HALPERN, LEITE, MORAES, 2015) “assinala a necessidade da profissionalização dos educadores e de uma política de recursos humanos que garanta a capacitação permanente, incentivos, valorização e remuneração condizentes” (p.92).

O cuidador “deve vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, ‘apossar-se’ da criança ou do adolescente, competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta” (CONANDA/CNAS, 2008, p. 13 apud HALPERN, LEITE, MORAES, 2015, p.96).

No que diz respeito à seleção de cuidadores em abrigos:

O manual sobre orientações técnicas adverte que o processo seletivo dos educadores sociais deve ser criterioso, para assegurar a contratação de pessoal qualificado e com perfil alinhado às suas funções. Para tal, é necessário fazer uma ampla divulgação, difundindo informações claras sobre o serviço no abrigo, perfil dos usuários, atribuições e exigências, salário e carga horária. Além de: aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; habilidade para trabalhar em grupo; e a capacidade de mediação de conflitos. (HALPERN, LEITE, MORAES, 2015, p.97- 98)

A capacitação introdutória dos cuidadores, de acordo com CONANDA/CNAS, 2008, (p. 26, apud HALPERN, LEITE, MORAES, 2015, p.99), engloba:

Apresentação do projeto político pedagógico da instituição; integração à equipe; acompanhamento como observador dos diferentes momentos da rotina institucional e posterior discussão sobre as observações. O nível de experiência do (a) cuidador (a)/educadora (a) norteará o repasse e o conteúdo das informações neste momento de adaptação à rotina da instituição.

Porém observa-se que não ocorre esta capacitação e os cuidadores entram nos abrigos despreparados para exercer tal função prejudicando o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Ou seja, “os profissionais deveriam estar familiarizados com as etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente, as peculiaridades, desafios e comportamentos típicos dos jovens, especialmente dos que são vítimas de abandonos e de diversas formas de violência.” (HALPERN, LEITE, MORAES, 2015, p.99)

As autoras ainda ressaltam que:

O manual de orientações recomenda que determinados cuidados sejam tomados para uma correta capacitação prática do educador social: Antes de assumir suas funções, o/a cuidador/educador deverá passar por um período mínimo de 80 horas acompanhando, como auxiliar, os diferentes momentos da rotina institucional, sempre sob supervisão de um (a) cuidador/educador experiente e da equipe técnica (Conanda/CNAS, 2008, p.26). A capacitação pode, entretanto, acabar ocorrendo na prática cotidiana. A realidade dos abrigos requer uma formação maior do que a oferecida em cursos de conteúdo genérico, pois eles não dão conta dos desafios que esses jovens impõem aos profissionais. Apesar da capacitação para essa tarefa ocorrer no embate cotidiano, é preciso que o neófito fique sob a supervisão de um profissional experiente. (HALPERN, LEITE, MORAES, 2015, p.100)

Além destas orientações, Halpern, Leite e Moraes (2015, p.102) apontam a importância de reuniões e espaço para fala e escuta dos cuidadores, para a superação de problemas, pois de acordo com elas:

Na ausência de reuniões regulares, os profissionais tendem a buscar suporte nas conversas informais. Embora esses bate-papos sejam úteis e minimizem a ansiedade e o desgaste decorrentes dos desafios enfrentados nos abrigos, muitas vezes são limitados, não oferecem um suporte com a orientação de um profissional habilitado.

“As experiências nos abrigos podem provocar a eclosão de sensações e desejos nos cuidadores, movidos pela emoção [...] é preciso que eles sejam auxiliados a ter um distanciamento na relação com os abrigados para suportar as angústias e frustrações que emergem desse relacionamento.” (HALPERN, LEITE, MORAES, 2015, p.103)

Por fim, condições adversas de trabalho também podem atrapalhar o desempenho dos cuidadores e estas autoras observaram que as condições mais frequentes nos abrigos são: sobrecarga de trabalho, defasagem no número de contratados e questão salarial. Uma vez que os cuidadores são afetados por estas questões, desenvolvem inadequadamente seu papel, o impacto acaba caindo sobre as crianças e adolescentes e estas sofrem com o mau desempenho e com a maneira a qual são tratadas e isso gera o sofrimento psíquico.

Capítulo 2: O Sofrimento Psíquico de Crianças Abridadas

“Ao tentar compreender a realidade da criança em situação de abrigo, deve-se levar em consideração o fato de que ela está, necessariamente, passando por um período de privação” (NOGUEIRA, COSTA, 2005, s/p.). A privação advém de diversos motivos e o principal deles é a negligência ou a falta de recursos para sua criação dentro do ambiente familiar.

Geralmente, as crianças abrigadas tendem a desenvolver apego pelos cuidadores, devido à ausência da mãe.

Dizer que uma criança tem apego por alguém significa que ela está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma figura específica, principalmente quando está cansada, assustada ou doente. Para isso, considerou-se o apego uma ligação contínua e íntima, apresentada pela criança em relação à mãe ou cuidador; enquanto o comportamento de apego é qualquer forma de comportamento que uma criança comumente adota para conseguir e/ou manter uma proximidade com algum outro indivíduo claramente identificado, por exemplo, a mãe. (ALEXANDRE, VIEIRA, 2004, p. 207-208).

Quando o cuidador não está preparado para acolher a criança e permitir que surja o apego, aparece o sofrimento psíquico e a criança tende a não saber lidar com ansiedades e angústias e seu desenvolvimento é afetado.

Estudos apontados por Alexandre e Vieira (2004) revelaram que “uma rede de apoio social e afetiva é fundamental para as crianças, uma vez que lhes possibilita condições de se desenvolver adequadamente”. (p.215)

Para Barros e Fiamenghi-Jr. (2007),

O cuidador é o mediador de muitos comportamentos que a criança desenvolverá, regulando sua atenção, curiosidade, cognição, linguagem, emoções, entre outros. Quando a criança é privada dessa relação, ela desenvolve angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência, culpa e depressão. (p.1268)

Por isso, Rivaben e Fiamenghi-Jr. (2014) “reforçam a necessidade extrema de afeto das crianças institucionalizadas, que estão sempre em busca de atenção e cuidado” (p.158)

No entanto, Barros e Fiamenghi-Jr. (2007), ao observarem um abrigo no interior do estado de São Paulo, relataram que as relações entre as crianças e cuidadores são marcadas por “desamparo, autoritarismo, repreensão e falta de afeto”. (p.1271). E, afirmaram que “o abrigo falha, continuamente, em oferecer às crianças a segurança afetiva de que elas necessitam para seu desenvolvimento” (p.1272).

Também foi observado por Dell’Aglia e Hutz (2004) “uma diferença significativa nos escores do *Children’s Depression Inventory*, entre o grupo institucionalizado e o grupo que mora com a família, apontando uma maior depressão entre as crianças e adolescentes institucionalizados” (p.356). Os autores ainda apontaram que:

[...] Embora as instituições em geral sejam consideradas ‘boas’, na medida em que são vistas como um órgão provedor, supridor das necessidades básicas de segurança e proteção contra o mundo externo, continua existindo uma lacuna no que se refere aos vínculos afetivos básicos que de alguma forma foram rompidos ou não se constituíram. (DELL’AGLIO, HUTZ, p.356)

Assim sendo:

É importante a melhoria do trabalho desenvolvido por cuidadores em abrigos, bem como um apoio maior por parte da coordenação e direção do abrigo no sentido de privilegiar sua capacitação, tendo como objetivo fundamental a preparação para o desempenho da função, a fim de promover um saudável desenvolvimento para às crianças abrigadas. (BARROS, FIAMENGHI- JR, 2007, p.1275)

Uma vez que os cuidadores estejam bem capacitados e preparados para cuidar das crianças, evita-se o sofrimento psíquico e o período de abrigamento torna-se menos doloroso para as crianças.

4. OBJETIVOS:

4.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é refletir sobre o abrigo, avaliar o papel dos cuidadores em abrigos infantis e apontar o despreparo destes profissionais em relação ao desenvolvimento psíquico das crianças abrigadas.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Pesquisar teorias sobre as problemáticas que abordam instituições de acolhimento infantil como: institucionalização, o papel do cuidador, sofrimentos psíquicos, desenvolvimento infantil, ausência familiar, abandono, despreparo dos cuidadores.
- b) Relacionar tais questões com a visão psicanalítica.

5. MÉTODO:

Optou-se por utilizar neste trabalho, estudos de caso, baseados em observações realizadas numa Instituição de Acolhimento, de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que acolhe, aproximadamente, 21 crianças, de 03 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade, agressões físicas, verbais e psíquicas dentro do ambiente familiar. Foram realizadas 5 observações, no total de 10 horas, divididas em 2 horas semanais, dentro da sala de TV e no pátio da Instituição.

A pesquisa qualitativa foi utilizada, tendo como base a qualidade, observando-se uma relação dinâmica entre a realidade e os sujeitos. Esta não requer técnicas e métodos matemáticos, sendo que seu caráter é descritivo, focando na abordagem e interpretação do fenômeno que está sendo observado.

Para embasamento teórico, utilizaram-se os sites: SciElo, Pepisic, Psicologado.com, ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, além de revistas, livros e monografias impressas, sob a luz da Psicanálise.

6. RESULTADOS:

Para a realização deste trabalho, a observação foi voltada para o despreparo dos cuidadores e as consequências que pudessem causar às crianças.

Durante este período, observou-se que os cuidadores não passavam por capacitação profissional, tinham dificuldades de lidar com deficientes físicos, usavam celulares, passavam a maior parte do tempo chamando atenção das crianças para que elas não saíssem do lugar. As crianças eram privadas de brincar, de conversar, interagir, de circular dentro da instituição e eram expostas diante dos colegas, conforme os exemplos abaixo.

1. Um funcionário falou que um dos meninos havia quebrado uma luminária e custava caro, que luminária era o lugar “adequado” para se jogar uma bola e que ele queria ver a criança arcar com o prejuízo. Uma moça que estava auxiliando falou que os desenhos da TV eram chatos, que ela não suportava a Minnie e que era para eles irem para o pátio, o cuidador aceitou, convidando todas as crianças para dirigirem-se ao pátio e tomarem cuidado com o que iriam fazer, para não destruírem mais nada. Dirigi-me até a porta da quadra e sentei-me em uma pilastra, o menino que havia quebrado uma luminária estava cabisbaixo na porta da quadra e falou que não podia entrar lá porque estava de castigo. Perguntei o motivo e ele confirmou ser por conta da luminária e falou-me que não teve culpa, foi sem querer. Posteriormente, veio o chefe dos cuidadores e esculachou ainda mais a criança, que sem ação, deitou na grama e ficou imóvel, com o rosto coberto o resto do tempo, tentando guardar o choro e a vergonha.
2. Duas cuidadoras que estavam na sala, ficaram no celular o tempo todo, mexendo nas redes sociais e comentando uma com a outra sobre o que viam ou liam e quando as crianças pediam para ver, elas falavam não. Elas comentavam e davam risada. Um

cuidador queria saber o que era e as cuidadoras falaram que era assunto de mulher e que ele não podia ver. As crianças sem entender ficaram muito curiosas querendo saber o que era.

3. Um menino deficiente auditivo fez um gesto para uma das cuidadoras e ela falou que não entendia nada e que era para fulano, um menininho menor que ele, ver o que ele queria e assim o deficiente auditivo fez um gesto com as mãos para o coleguinha e ele respondeu para a cuidadora que ele queria ir ao banheiro assoar o nariz, ela o liberou.
4. Outro menininho, deficiente físico, começou contorcer-se na cadeira de rodas e em sua face havia a expressão de um bebê que chorava muito, porém ele não emitia nenhum som, somente contorcia-se e chorava em silêncio. Nenhuma cuidadora deu atenção para ele e ele olhava para mim na expectativa de que eu pudesse ajudá-lo. Um menino, deficiente auditivo, levantou-se do sofá e mostrou para a cuidadora que o amiguinho estava sofrendo, ela só perguntou o que houve, mas não reagiu.

As crianças, diante de tantas repreensões, passavam a maior parte do tempo pedindo para brincar, pedindo para irem ao pátio, cochichando com os colegas para não serem repreendidas, assistindo TV, ou imóveis nas poltronas.

7. DISCUSSÃO:

Ao falarmos de criança abrigada, faz-se necessário pensar no trabalho do cuidador, pois este é quem passará a cuidar dela enquanto abrigada. É importante que o cuidador tenha um preparo adequado e esteja apto a oferecer condições básicas para que a criança se desenvolva.

Conforme citado pelo ECA (2009), o abrigo é um local de acolhimento temporário, com medidas de proteção, que deveria oferecer ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade, além de, acolhimento emocional. Entretanto, observou-se a falta de acolhimento, principalmente emocional, pois, os profissionais privavam as crianças de tudo e ainda expunham-nas a situações constrangedoras que as faziam sentirem-se piores do que já estavam. Como, por exemplo, quando um funcionário falou que um dos meninos havia quebrado uma luminária e custava caro, que luminária era o lugar “adequado” para se jogar uma bola e que ele queria ver a criança arcar com o prejuízo. Posteriormente, veio o chefe dos cuidadores e esculachou ainda mais a criança, que sem ação, deitou na grama e ficou imóvel, com o rosto coberto o resto do tempo, tentando guardar o choro e a vergonha.

A respeito do cuidador, foi apontado, de acordo com Barros e Fiamenghi-Jr. (2007) que,

O cuidador é o mediador de muitos comportamentos que a criança desenvolverá, regulando sua atenção, curiosidade, cognição, linguagem, emoções, entre outros. Quando a criança é privada dessa relação, ela desenvolve angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência, culpa e depressão. (p.1268)

Contudo, não foram observadas condutas em que o cuidador apresentasse uma relação de afeto, carinho, cuidado e suporte às crianças, brincando com elas, permitindo-as conversar, transitar pelo espaço, ensinar sem expô-las ou cuidar de algum deficiente físico. Isso fazia com que elas chamassem ainda mais à atenção, não com o objetivo de ter um ganho secundário, mas na esperança de ter alguém que as percebesse, tanto que umas ajudavam as outras e até mesmo

brincavam e cochichavam escondidas, a fim de não ficarem sem afeto, submetidas à privação. Por isso, Rivaben e Fiamenghi-Jr. (2014) “reforçam a necessidade extrema de afeto das crianças institucionalizadas, que estão sempre em busca de atenção e cuidado” (p.158)

Dell’Aglío e Hutz (2004, p.356) apontaram que “o maior índice de depressão foi observado em crianças e adolescentes institucionalizadas” e a partir da observação, notou-se que o abrigo colabora para que isso aconteça, não só a depressão, mais também outras doenças psicológicas, pois, os cuidadores não ofereciam apoio emocional que as crianças precisavam. Caberia aqui, ressaltar a importância do acolhimento, maternagem, escuta, empatia e condições ambientais favoráveis para que não houvesse falha no desenvolvimento.

Segundo o Conanda/Cnas (2008), e Halpern, Leite, Moraes (2015), o trabalho do cuidador deve ter como base o manual de capacitação, projeto político pedagógico, período de experiência antecedente ao início da prática, qualificação, remuneração adequada, supervisão de alguém experiente, espaço para diálogo e suporte psicológico. Apesar destas recomendações, observou-se que não eram seguidas e que os cuidadores não estavam aptos a cuidar de deficientes físicos, o que poderia ter sido orientado no manual de capacitação. Tal falta de preparo com deficientes foi observada quando um menino deficiente auditivo fez um gesto para uma das cuidadoras e ela falou que não entendia nada e que era para outra criança, um menininho menor que ele, ver o que ele queria e assim o deficiente auditivo fez um gesto com as mãos para o coleguinha e ele respondeu para a cuidadora que ele queria ir ao banheiro assoar o nariz, ela o liberou. Posteriormente, o deficiente físico se contorcia na cadeira de rodas com expressão de choro e ninguém viu, o coleguinha apontou para a cuidadora, mas ela não reagiu. Tampouco havia qualificação, supervisão e espaço para suporte psicológico, tanto que, em algumas vezes, notou-se que os cuidadores descontavam sua raiva na criança.

Diante da não utilização das técnicas de trabalho apontadas pelo Conanda/Cnas (2008), e Halpern, Leite, Moraes (2015), neste abrigo, as crianças passavam a maior parte do tempo pedindo para brincar, pedindo para irem ao pátio, cochichando com os colegas para não serem repreendidas, assistindo TV, ou imóveis nas poltronas.

Ao observar o trabalho dos cuidadores, notou-se que eles eram inseridos na instituição, a partir do desejo de cuidar das crianças, sem ter outras qualificações exigidas para o trabalho.

A instituição observada relata não ter fins lucrativos e trabalha com a ajuda de pessoas que estejam dispostas a trabalhar por amor, pois muitas vezes, não resta verba para suprir a remuneração adequada. Por isso, contratam pessoas que gostam de cuidar de crianças, oferecem uma carga horária de 12h por 36h e não é exigido nenhum tipo de experiência como cuidador, tanto que foram observadas mães, donas de casa, pedagogos, babás e outros profissionais no exercício da profissão, que relataram ter tempo vago, amor pelas crianças e por isso se ofereceram para o voluntariado e, por fim, tornaram-se cuidadores.

É importante pensar que, diante de falta de recursos, o método mais eficaz, é contratar aquele que esteja disposto a doar-se a tal profissão, no entanto, observou-se do outro lado da realidade, que este ‘ato de amor’, acaba acarretando na falta de preparo para lidar com as crianças, o que os transformou em educadores que tentavam manter a criança quieta, sem bagunçar, sem quebrar nada, sem falar, sem brincar e isso gerava um sofrimento aflitivo para elas, pois, diante da ausência da família e do lar, o desejo que elas tinham, era de brincar para poderem vivenciar aquele momento de uma forma menos angustiante.

A criança não compreende que o cuidador não está apto a cuidar dela e, muitas vezes, o despreparo surge a partir da deficiência da instituição, por isso, deposita sobre o cuidador seu apego e inocência. Se o cuidador estivesse preparado para acolhê-la e permitisse que surgisse o apego, não apareceria o sofrimento psíquico e ela passaria a lidar com as ansiedades e

angústias de uma maneira menos dolorosa, tanto que, estudos apontados por Alexandre e Vieira (2004, p.215) revelaram que “uma rede de apoio social e afetiva é fundamental para as crianças, uma vez que lhes possibilita condições de se desenvolver adequadamente”. Assim, nota-se que, da forma como trabalham os cuidadores da instituição observada, estão impedindo as crianças de ter um desenvolvimento propício.

Portanto, “os profissionais deveriam estar familiarizados com as etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente, as peculiaridades, desafios e comportamentos típicos dos jovens, especialmente dos que são vítimas de abandonos e de diversas formas de violência.” (HALPERN, LEITE, MORAES, 2015, p.99). Porém, a prática observada foi outra, fazendo refletir que, se a postura desses profissionais, estiver causando sofrimento psíquico nas crianças abrigadas devido ao despreparo, a capacitação, deveria ser mais bem pensada pelas instituições antes da contratação, bem como um apoio as instituições, para que estas, não tivessem que optar por trabalhadores desfavorecidos de preparo para o exercício da profissão, tendo em vista que as crianças carecem do auxílio destes profissionais para melhor vivenciar o período de abrigamento.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho possibilitou a compreensão de como tem se desenvolvido o papel dos cuidadores dentro de uma instituição de acolhimento infantil.

A instituição observada intitula-se uma instituição sem fins lucrativos, que visa acolher crianças e adolescentes, quando estas passam por agressões físicas, psíquicas, abuso sexual, negligência dentro do ambiente familiar ou vulnerabilidade social e fundamenta-se no ECA para desenvolver seu papel, até que as crianças estejam aptas a retornar para seus lares ou para uma família adotiva.

O ECA estipula que a criança tenha situações adequadas de acolhimento e mantenha-se tratada em um ambiente semelhante ao ambiente familiar, desde que, com medidas socioeducativas favoráveis para o desenvolvimento. Entretanto, observou-se o despreparo dos cuidadores para trabalhar nestas circunstâncias e o trabalho apresentado por eles, desfavorecia o desenvolvimento.

Tal despreparo dos cuidadores aparecia na falta de diálogo e relacionamento entre as crianças, na privação do brincar, na exposição das crianças, na falta de cuidados com deficientes e no uso de celulares durante o expediente de trabalho. Isso fazia com que as crianças ficassem imóveis nos sofás, ou no pátio, sem poderem expressar seus desejos.

A despeito do despreparo dos cuidadores, vale ressaltar a importância de um período de capacitação antes de darem início ao trabalho, visando conhecer as necessidades que as crianças possuem, a maneira como educá-las, sem expô-las aos colegas, a capacitação para manejar crianças deficientes físicas e curso de libras para lidarem com deficientes auditivos.

Cabe à instituição orientar os cuidadores como conversar com a criança, a fim de compreendê-la e saber o que ela sente ou necessita, pois ela está vivenciando um momento de

angústia, em que os cuidadores estão substituindo o papel dos pais. Seria de extrema importância deixá-las falar, expressar-se e colocar para fora aquilo que elas estão sentindo.

O psicólogo, certamente, seria o profissional adequado para ouvir e acolher certas angústias, entretanto, a psicóloga deste abrigo, não pode atendê-los, devido aos vínculos e laços afetivos criados diariamente, porém, um serviço psicológico externo auxiliaria no trabalho da equipe.

Além disso, observou-se cuidadores descontando raiva nas crianças e o Conanda/Cnas aponta que as instituições devem oferecer espaço para escuta e supervisão, o que não havia nesta instituição. Recomenda-se uma discussão a respeito, pois, diante de tantos casos, o cuidador realmente sente a sobrecarrega; porém, a raiva deve ser levada para um espaço adequado de acolhimento e não depositada sobre as crianças.

Seria importante às instituições pensar que a criança abrigada carece de afeto e que os cuidadores podem oferecer-lhes, desde que saibam diferenciar trabalho, de questões pessoais. A criança, como todo ser humano, tem sentimentos, desejos, medos, angústias e uma demonstração de afeto, de acolhimento, possibilita que elas se sintam seguras e não agreguem mais sofrimentos psíquicos, além daqueles que elas já vivenciaram antes de serem abrigadas.

Assim sendo, faz-se importante a capacitação dos cuidadores para trabalhar com crianças abrigadas, além de apoio às instituições, para que estas não optem por trabalhadores sem preparo para o exercício da profissão, visando o desenvolvimento da criança enquanto abrigada.

9. REFERÊNCIAS:

- ALEXANDRE, D. T.; VIEIRA, M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.9, n.2, p. 207-217. 2004.
- BARROS R. C.; FIAMENGGHI-JR. G. A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência& Saúde Coletiva**, v.12, n. 5, p.1267-1276, 2007.
- BRASIL. **ECA- Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. 6ª. Ed., 2013. Disponível online em <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view>>. Acesso em 23 de março de 2017.
- DELL'AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n.3, p.341-350, 2004.
- FRANÇA, D. B. **Do abrigo ao acolhimento: importância do vínculo nos cuidados institucionais**. Brasília: Berço da Cidadania, p. 06-12-13, 2010.
- HALPERN, E. E; LEITE, L. M. C; MORAES, M. C. M. B. Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.13, supl.1, p.91-113, 2015. Disponível online em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000400091&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.
- MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, A. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n.3, p.519-528, 2010. Disponível online em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2017.
- NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.15, n.3, p.36-48, 2005. Disponível online em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 de março de 2017.
- NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. Mãe social: profissão? Função materna? **Estilos de Clínica**, v.10, n.19, p.162-181, 2005. Disponível online em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 de março de 2017.

OLIVEIRA, J. P. A importância de Cuidadores no Processo de Institucionalização de Crianças e Adolescentes Abridados- Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Psicologia da FAAT-Faculdades Atibaia, 2014, p. 9-10-39.

RIVABEN, M. L.; FIAMENGHI-JR. G. A. Comparação do nível intelectual entre crianças institucionalizadas e não institucionalizadas: um estudo piloto. **Encontro: Revista de Psicologia**, v. 17, n. 26, p.157-164, 2014.